



Terceirização tem novo debate em sessão do Senado

O ministro do Trabalho, Manoel Dias, participa hoje, com representantes do Ministério Público, da área acadêmica e de entidades patronais e sindicais, de discussão sobre o tema para preparar mudanças que devem ser feitas por senadores

O polêmico Projeto de Lei da Câmara 30/2015, que regulamenta e amplia a contratação de terceirizados pelas empresas, passa por nova rodada de discussões no Senado. O presidente da Casa, Renan Calheiros, anunciou que a sessão temática, às 11h, será aberta ao público. Os interessados poderão

acompanhá-la pelo telão instalado no Auditório Petrônio Portella, com capacidade para cerca de 500 pessoas. Um ponto que deve ser alterado pelos senadores é o que permite às empresas contratar terceirizados em atividade-fim. Atualmente elas só contratam para atividades como limpeza, segurança e conservação. **3**

especial
Cidadania



Sylvana Lobo/IBRAM

Museu Imperial, em Petrópolis (RJ), é um dos maiores museus federais

Museus brasileiros buscam público e mais qualificação

Semana de Museus, aberta ontem, visa atrair público para as instituições e valorizar o setor, que começa a se estrutu-

rar no Brasil. País já tem pelo menos 3,5 mil museus cadastrados, mas orçamento ainda é um desafio. **4 e 5**

Assassinatos de jovens impressionam especialistas



Jefferson Rudy/Agência Senado

Pesquisadores de universidades ouvidos ontem na CPI do Assassinato de Jovens chamaram a atenção para o aumento da violência contra os jovens brasileiros, especialmente os negros e pobres. Levantamentos indicam que as grandes cidades do Nordeste superaram as do Sudeste no número de homicídios contra a juventude. CPI busca propostas para combater o problema. **8**

Segundo pesquisa citada no debate, a cada grupo de mil jovens, 3,3 são assassinados antes de completarem a adolescência



Encarte lembra capas que fizeram história

Especial marca os 20 anos do **Jornal do Senado**, completados em 4 de maio. Vídeo sobre o dia a dia da publicação pode ser acessado na internet. **2**

Plenário vota hoje nome de Fachin para o STF **3**

Governadores avaliarão projetos de segurança **3**

Senadores apoiam mais defensores **6**

Premiê da China fala sobre investimentos **2**

Crise na cirurgia cardíaca motiva audiência **8**

Sindicalistas defendem fim do fator previdenciário

Em debate na Comissão de Direitos Humanos, representantes de centrais sindicais defenderam o fim do fator previdenciário, aprovado na Câmara na semana passada e que está para ser analisado pelo Senado. Além da extinção do atual sistema de cálculo de aposentadorias, questionaram o déficit da seguridade social apontado pelo governo. **7**

Paulo Paim (C), presidente da comissão, entre representantes de entidades sindicais, conduz a audiência pública



Geraldo Magela/Agência Senado

Jornal comemora 20 anos com conteúdo especial

Encarte com primeiras páginas publicadas ao longo de duas décadas mostra o país que o Senado ajudou a construir, enquanto vídeo com depoimentos de jornalistas conta o início e o dia a dia da publicação

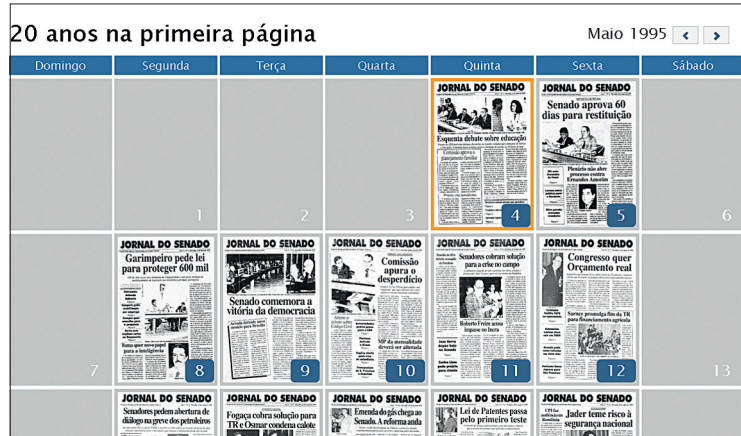
O **JORNAL DO Senado** está completando 20 anos e, para comemorar, preparou conteúdos especiais que mostram um retrato do país e do Parlamento nessas duas décadas. A edição de hoje traz o encarte “20 anos na primeira página”, destacando algumas das principais decisões da Casa por meio das capas publicadas nesse período.

No Portal Senado Notícias, o internauta já pode acessar uma página especial, com o mesmo tema do encarte impresso, contendo as capas da publicação desde o lançamento até hoje. Há também um vídeo com depoimentos de jornalistas que apresenta os bastidores da criação e da rotina diária do Jornal.

— A orientação era repercutir o que acontecia no dia a dia, não dando demasiado destaque às atividades do presidente e priorizando as decisões da Casa — lembra no vídeo o primeiro editor-chefe do Jornal, Djalba Lima.

Já a chefe de reportagem, Sheyla Assunção, ressalta a responsabilidade de colocar em linguagem jornalística uma série de notícias muitas vezes carregadas do jargão legislativo.

— É um trabalho muito desafiador. A gente precisa ter a preocupação de traduzir temas



Página na internet com todas as capas segue o tema do encarte impresso de hoje

difíceis, leis complicadas, todos os dias, para o nosso leitor — diz.

Além do vídeo, do encarte impresso e da página na internet com todas as capas, está prevista uma exposição para junho.

Início

O **Jornal do Senado** surgiu como uma evolução do boletim bissemanal *Carta do Senado*, que era produzido desde 1989 e enviado pelos Correios a jornais do interior. Naquele ano, a Casa começava a criar veículos de comunicação próprios, incluindo a Agência Senado, que mandava notícias por fax a 100 redações pré-selecionadas no país.

É desse período a estruturação da Secretaria de Comunicação Social do Senado, que tem como objetivo coordenar

todos os veículos da Casa, o que também envolve a TV Senado, a Rádio Senado e os perfis noticiosos nas mídias sociais.

Atualmente, o Jornal é publicado de segunda a sexta-feira com uma tiragem de 6 mil exemplares diários. A publicação também está na internet, nas mídias sociais, em newsletter via e-mail e pode ser lida por meio de plataformas interativas como aplicativos de celulares e tablets.

O Jornal publica ainda a seção *Especial Cidadania* toda terça-feira, a edição mensal em braile e a revista *Em Discussão!*, que trata de temas debatidos nas comissões.

Confira as capas e o vídeo: <http://bit.ly/capasJornalSenado>
<http://bit.ly/videoJornalSenado>

Renan recebe hoje primeiro-ministro da China

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe hoje o primeiro-ministro da República Popular da China, Li Keqiang, que está no Brasil para tratar de plano de investimentos em obras de infraestrutura. O encontro será às 16h30, no Salão Nobre, e Li Keqiang deverá chegar acompanhado de uma comitiva de 17 pessoas. Ele e a comitiva subirão a rampa do Congresso. Em caso de chuva, serão recebidos na Chapelaria.

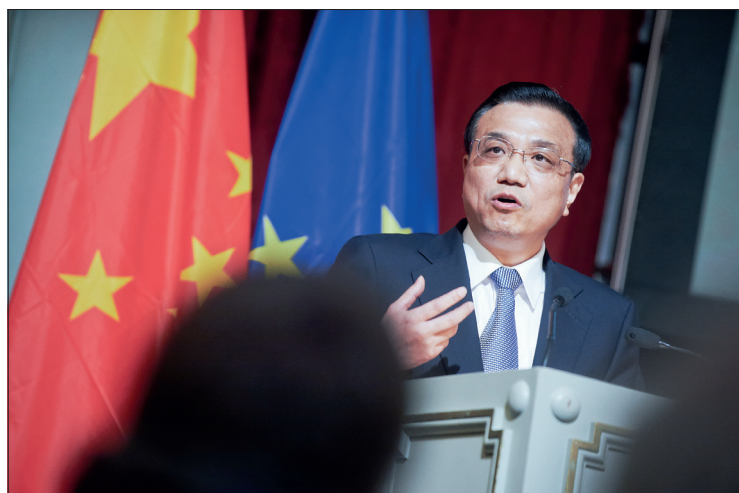
A China é o principal parceiro comercial brasileiro e o relacionamento entre os dois países tem sido marcado por visitas bilaterais que motivam aquele país a se tornar uma das principais fontes de investimento estrangeiro no Brasil. De acordo com o Palácio do Itamaraty, as relações entre os dois países, estabelecidas em 1974, têm evoluído de forma intensa, assumindo crescente complexidade.

Uma cronologia desse diálogo publicada pelo Itamaraty revela que, em 1993, os dois

países definiram uma parceria estratégica; em 2004, foi criada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban); em 2010, foi assinado o Plano de Ação Conjunta (2010-2014), que define objetivos, metas e orientações para as relações bilaterais; e, em 2012, com a visita do então primeiro-ministro Wen Jiabao, as relações foram elevadas ao nível de “parceria estratégica global”.

Outro sinal desse crescimento são as exportações brasi-

leiras à China, que em 2014 somaram US\$ 40,6 bilhões, enquanto as importações chegaram a US\$ 37,3 bilhões, resultando num fluxo comercial de US\$ 77,9 bilhões — US\$ 15,9 bilhões a mais que o fluxo registrado com os Estados Unidos, segundo maior parceiro do Brasil. Os dados são do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Entre janeiro e abril, o comércio entre Brasil e China acumulou a cifra de US\$ 21,7 bilhões.



Li Keqiang, primeiro-ministro chinês, vai tratar de obras de infraestrutura



Jefferson Rudy/Agência Senado

Campeão mundial em 1993 e medalhista olímpico (bronze em 1996 e em 2000), o ex-nadador Fernando Scherer, o Xuxa, fez palestra ontem no lançamento do Programa de Formação Gerencial do Senado. Chefes de serviço, coordenadores e diretores de secretaria são os alvos iniciais dos cursos, mas estão previstas atividades para todos os interessados. As inscrições vão até o dia 29 pela intranet para aulas presenciais e a distância. A diretora-geral da Casa, Ilana Trombka, e o diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas, Rodrigo Brum, ressaltaram o empenho dos servidores e o interesse do Senado em capacitar lideranças.

Visitação ao Congresso Nacional está suspensa hoje e amanhã

As visitas ao Congresso estão suspensas hoje e amanhã devido a três grandes eventos que ocorrerão no Senado. Primeiro, a sessão temática de hoje, às 11h, destinada a debater o projeto que trata da terceirização. À tarde, a Casa recebe a visita do primeiro-ministro da China, Li Keqiang. E amanhã o presidente do Senado, Renan Calheiros, reúne-se com os governadores para tratar da

agenda federativa.

Só serão aceitos os grupos agendados antecipadamente, que farão a visita até as 13h de hoje. Na quinta-feira, o programa de visita volta ao normal, entre as 8h30 e as 17h30. É obrigatório o agendamento para grupos acima de 15 pessoas, aos que desejam tour em outras línguas e todas as terças e quartas-feiras. Mais informações: visite@senado.leg.br ou (61) 3303-4671.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Indicação de Fachin

14h Os PLVs 3 e 5, de 2015, trancam as votações. Na pauta, a indicação de Luiz Edson Fachin para ministro do STF.

PRESIDÊNCIA Comitiva chinesa

11h Renan Calheiros participa da sessão temática sobre terceirização. Às 16h, preside a ordem do dia e, às 16h30, recebe o primeiro-ministro da China.

CCT Publicidade do setor público

9h Constam da pauta com 40 itens o projeto que estabelece critérios para publicidade paga pela administração pública e a iniciativa que obriga inserções gratuitas para divulgação turística.

CDH Doença cardiovascular

9h A comissão promove audiência pública interativa sobre a situação da assistência cirúrgica aos pacientes com doenças cardiovasculares.

CMA Assistência à saúde

9h Entre os 13 itens da pauta, está o projeto que impede o prestador de assistência à saúde de diferenciar o paciente com ou sem plano de saúde.

CAE Exploração de petróleo

10h A proposta que antecipa receitas da exploração de petróleo e o projeto que cria o Programa de Microdestilarias são os destaques da pauta de 12 itens.

CE Bolsa Permanência

11h A iniciativa que institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária está entre os 7 itens da pauta da comissão.

DEBATES TEMÁTICOS Terceirização

11h Sessão temática para discutir o PLC 30/2015, que regulamenta e expande a terceirização no país.

CMO Relatórios

13h30 A Comissão Mista de Orçamento faz reunião deliberativa para conhecimento de relatórios.

MP 671/2015 Audiência

14h A comissão que analisa a MP do Futebol ouve representantes da Fazenda, da Caixa e do Bom Senso Futebol Clube.

CPI DO CARE Início dos trabalhos

14h30 Instalação e eleição dos dirigentes da CPI do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Debate sobre terceirização será aberto à sociedade

Ministro do Trabalho e representantes dos trabalhadores e da indústria discutem hoje projeto polêmico aprovado na Câmara que permite contratação de terceirizados até para funções da atividade-fim

A DISCUSSÃO SOBRE o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, que regulamenta e expande a terceirização no país, será aberta ao público. Os interessados poderão acompanhar a sessão temática, marcada para hoje às 11h, por um telão instalado no Auditório Petrônio Portella, com capacidade de cerca de 500 pessoas.

Foram convidados para o debate o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, o procurador do Ministério Público do Trabalho Helder Santos Amorim e o professor do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (USP) Hélio Zylberstajn, doutor em relações industriais e especialista em economia do trabalho. Além deles, devem participar representantes de entidades patronais, como os presidentes da Confederação

Nacional do Transporte, Clésio Andrade, e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, e o vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Paulo Tigre. Os trabalhadores serão representados pelos presidentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas, e da Força Sindical, Miguel Torres. Convocada pelo presidente

do Senado, Renan Calheiros, a sessão temática deve esclarecer os principais pontos do projeto (PL 4.330/2004 na Câmara) do ex-deputado Sandro Mabel. A regulamentação da terceirização deve alcançar apenas os trabalhadores que já são terceirizados, disse Renan durante audiência interativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), na quinta-feira.



Projeto regulamenta contratação de terceirizados, como vigilantes de banco

Principais pontos do projeto

- TERCEIRIZAÇÃO:** As empresas podem contratar trabalhadores terceirizados em qualquer ramo de atividade para execução de qualquer tarefa, seja em atividade-fim ou em atividade-meio. Atualmente, a terceirização é permitida somente em atividades de suporte, como limpeza, segurança e conservação, nos termos da Súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST).
- RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA:** A fornecedora de mão de obra terceirizada e a empresa contratante têm responsabilidade solidária nas obrigações trabalhistas. Assim, ambas podem responder judicialmente por direitos trabalhistas não honrados.
- FISCALIZAÇÃO:** A contratante tem obrigação de fiscalizar se a contratada está em dia com salário, férias, vale-transporte, FGTS e outros direitos trabalhistas.
- SINDICALIZAÇÃO:** Quando a terceirização for entre empresas que pertençam à mesma categoria econômica, os empregados da contratada serão representados pelo mesmo sindicato que representa os empregados da contratante. Por meio de emenda, foi retirada do texto a necessidade de observar os respectivos acordos e convenções coletivas de trabalho.
- DIREITOS:** Os trabalhadores terceirizados têm direito às mesmas condições oferecidas aos empregados da contratante: alimentação em refeitórios, serviços de transporte, atendimento médico ou ambulatorial, cursos e treinamento, quando necessários.
- SUBCONTRATAÇÃO:** A empresa que fornece mão de obra terceirizada pode subcontratar trabalhadores de outra empresa em casos de serviços técnicos altamente especializados e se houver previsão contratual.
- DEFICIENTES:** As empresas terão que contabilizar todos os empregados diretos e terceirizados para calcular a cota de funcionários com deficiência a serem contratados, que hoje varia de 2% a 5%.
- PREVIDÊNCIA:** As fornecedoras de mão de obra pagarão alíquota de 11% sobre a receita bruta para a Previdência Social.
- MULTA:** Se as normas da lei forem violadas, a empresa infratora estará sujeita a multa igual ao valor mínimo estipulado atualmente para inscrição na dívida ativa da União (R\$ 1 mil) por trabalhador prejudicado.
- VEDAÇÃO:** A contratante não pode usar os trabalhadores terceirizados para tarefas distintas das que estão previstas em contrato.
- DOMÉSTICOS:** A lei não vale para trabalhadores domésticos. Emenda aprovada no Plenário da Câmara também vedou a aplicação para guardas portuários.
- TRIBUTOS ANTECIPADOS:** A empresa que contrata os terceirizados deve recolher antecipadamente parte dos tributos devidos pela contratada.

Papel da União na segurança será discutido com governadores



A segurança pública será um dos assuntos da reunião com governadores que ocorrerá no Senado, amanhã, para a definição de uma agenda legislativa que reflita interesses urgentes dos estados. O tema está entre os que mais afligem a população e a pauta prioritária nessa área deve englobar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 33/2014, que inclui a

segurança pública entre as obrigações comuns da União, estados, Distrito Federal e dos municípios.

Proposto pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, o encontro será realizado no Salão Negro do Congresso Nacional, a partir das 11h. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, parlamentares, líderes partidários e secretários dos estados também devem participar da reunião. A expectativa é de que se chegue a uma agenda que ajude os estados a

destravar investimentos em áreas essenciais, desafio que envolve o reexame do atual pacto federativo.

A PEC 33/2014 foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ao fim de 2014. Com as modificações sugeridas, a segurança pública passaria a figurar no artigo 23 da Constituição, que trata das competências comuns dos entes federativos. Também seria incluída no artigo 24, que fala dos temas sobre os quais tanto a União

quanto os estados e o Distrito Federal podem legislar.

No Plenário, o texto de autoria do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) passará por dois turnos de discussão e votação. Ferraço argumenta que a Constituição já atribui ao poder público brasileiro, de forma geral, o dever de garantir segurança à população. No entanto, diz ele, é necessário explicitar essa obrigação para todos os níveis do Estado.

“A violência e a criminalidade são fenômenos extrema-

mente complexos e dinâmicos e para enfrentá-los é necessário um grande esforço integrado e compartilhado”, escreve Ferraço na justificativa. Em sua opinião, trata-se de “uma omissão” dos constituintes de 1988, que deve ser corrigida.

Relator na CCJ, o então senador Vital do Rêgo apresentou voto favorável com duas emendas de redação, sem alteração na PEC. Ele observou que a área de segurança é compartilhada por órgãos federais e estaduais.

Plenário vota hoje o nome de Fachin para o STF

O nome do jurista paranaense Luiz Edson Fachin será submetido hoje ao Plenário do Senado, na última etapa de votação para chegar ao Supremo Tribunal Federal (STF). A indicação, aprovada na terça-feira passada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), após sabatina de cerca de 11 horas, precisará da aceitação de no mínimo 41 dos 81 senadores. A votação será secreta e nominal.

Se aprovado, Fachin ocupará a vaga deixada pelo ex-presidente do Supremo Joaquim Barbosa, que se aposentou da Corte em 31 de julho do ano passado. Com 57 anos, Fachin poderá ser o primeiro ministro escolhido a poder permanecer no STF até os 75 anos, dentro das novas regras estabelecidas pela chamada PEC da Bengala.

Ele nasceu na cidade gaúcha de Rondinha, mas viveu e fez carreira no Paraná, onde cursou direito na universidade federal do estado (UFPR) em 1980. A titulação como mestre e doutor foi pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O pós-doutorado foi no Canadá. Atuou como professor visitante do King's College (Reino Unido) e como pesquisador convidado do Instituto Max Planck (Alemanha). É professor titular de direito civil da UFPR.

Apesar de ser profissional reconhecido, a indicação dele pela presidente Dilma Rousseff foi bastante questionada não só no meio acadêmico e do direito, mas também no Senado. Aprovado por 20 votos a 7, Fachin enfrentou uma das sabinas mais demoradas da CCJ. O jurista teve de dar mui-

tas explicações aos senadores, desde o fato de ter subscrito manifesto em apoio à candidatura de Dilma à Presidência em 2010, até suas posições polêmicas sobre questões como desapropriações e função social da propriedade, poligamia, aborto e simpatia por movimentos sociais como o MST.

Além disso, Fachin teve de enfrentar questão de ordem levantada por Ricardo Ferraço (PMDB-ES) alegando que o jurista acumulou irregularmente o exercício da advocacia privada com a atuação como procurador do estado do Paraná, violando a Constituição paranaense, de 1989, e lei complementar estadual. O recurso pela suspensão da sabatina teve apoio de vários senadores, mas acabou derrubado por 19 integrantes da CCJ.

Congresso tem que apoiar Dilma, diz Telmário Mota

Telmário Mota (PDT-RR) lamentou que nem a oposição nem a mídia deem destaque aos resultados positivos de ações do governo federal e aproveitou para defender a manutenção de apoio dos partidos da base governista no Congresso a presidente Dilma Rousseff.

Ele citou como exemplo o lucro da Eletrobras no primeiro trimestre deste ano, que foi de R\$ 1,25 bilhão, valor cerca de 21% maior que o do mesmo período do ano passado.

O senador ainda elogiou a interiorização dos aeroportos e o apoio do governo à aviação regional.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Humberto registra recuperação da Petrobras

Humberto Costa (PT-PE) registrou ontem, visita de Dilma Rousseff a Pernambuco, onde participou de viagem inaugural do navio petroleiro André Rebouças, o quinto produzido pelo Estaleiro Atlântico Sul.

Esse fato, disse o senador, demonstra a solidez da Petrobras. Humberto citou o resultado do primeiro trimestre para demonstrar que a estatal está “em pleno vigor”. Tanto é assim, afirmou, que o lucro líquido foi de R\$ 5,3 bilhões e o líquido operacional, de R\$ 13,3 bilhões, 76% superior ao do primeiro trimestre de 2014.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Semana de Museus põe a cultura

Evento iniciado ontem e com programação até domingo chama a atenção para a importância do setor, que começa a se estruturar no Brasil. Garantir recursos para manter as instituições ainda é um desafio

Tatiana Beltrão

MAIS DE 1,3 mil museus e centros culturais brasileiros oferecem até domingo uma programação especial. A 13ª Semana de Museus, aberta ontem, promove uma maratona de exposições, workshops, seminários e espetáculos nas instituições participantes. São mais de 4,5 mil eventos — a maior parte, gratuita — em 609 cidades de 25 estados, além do Distrito Federal. A intenção é atrair público para dentro dos espaços culturais, convidando a população a conhecer os museus de suas regiões.

Organizada pelo Instituto Brasileiro de Museus (o Ibram, vinculado ao Ministério da Cultura), a Semana vem crescendo a cada edição (a estreia, em 2003, teve apenas 57 instituições participantes). O movimento reflete a estruturação por que vem passando o chamado setor museal do país nos últimos anos, a partir da criação de políticas e legislação específicas.

Em 2003, o Ministério da Cultura lançou a Política Nacional de Museus e instalou, dentro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), um departamento próprio para o setor. No final de 2008, o Senado aprovou os projetos de lei de criação do Estatuto de Museus (PLC 115/2008), que regulamenta o funcionamento das instituições, e do Ibram (PLC 191/2008), que passou a ser o responsável pela formulação e pela gestão das políticas nacionais para a área, além de administrar 29 museus federais. Os dois textos foram propostos pelo Executivo, que em maio

do ano seguinte sancionou os projetos, transformando-os nas Leis 11.904/2009 e 11.906/2009.

Em 2013, o Decreto 8.124 regulamentou dispositivos das duas leis, consolidando as políticas. Ministra da Cultura na época, a senadora Marta Suplicy (sem partido-SP) acompanhou o processo de estruturação e avalia que uma grande qualificação foi promovida no setor.

— Os museus também se modernizaram, especialmente no sentido educacional, que é importantíssimo.

Para o presidente do Ibram, Carlos Brandão, graças a essas ações, hoje a área é uma das mais bem organizadas no panorama geral da cultura. Aumentaram o número e também a diversidade de museus e há um processo crescente de qualificação das equipes e dos serviços, garante.

Ele também destaca o conhecimento que se tem hoje sobre o setor, por meio do procedimento de registro das instituições no Ibram e de sistemas de informações como o Cadastro Nacional de Museus (CNM), um banco de dados permanentemente atualizado que mostra quantos são, onde estão e o que oferecem os museus em cada estado brasileiro (*veja infográfico*). Até o início deste mês, havia 3.574 deles cadastrados no país.

— Saber que temos pelo menos 3,5 mil museus é um conhecimento recente. Até pouco tempo, não sabíamos — relata.

Concentração

Se o cadastro revelou um número expressivo, mostrou também a desigualdade entre as regiões no acesso a esse tipo de experiência cultural. De



Museu Nacional de Belas Artes, que guarda obras do século 19 como *A Batalha do Avaí*: apesar do acervo de valor inestimável, or

acordo com o sistema, Sudeste e Sul concentram a maior parte dos museus. Além disso, 23,3% das cidades brasileiras não têm nenhum museu (pelo menos, nenhum inserido no cadastro, que, estima-se, já alcança 95% da totalidade das instituições). No Maranhão, por exemplo, apenas 10 das 217 cidades (4,6% do total) contam com um centro desse tipo.

— Os museus capilarizam a cultura pelo Brasil e ajudam a enraizá-la localmente. Por isso, é importante criar museus municipais. Temos 5,5 mil municípios e menos de 1,5 mil deles têm museu — avalia o presidente do Ibram.

Coautora de um projeto que estabelece a gratuidade de ingresso em museus para estudantes de museologia, artes e áreas afins (PLS 49/2014), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirma que o debate sobre essa desigualdade deve ser aberto no Senado, em conjunto com estados e municípios.

— O conhecimento organizado nos museus deve ser acessa-

do por todos, não somente pelos moradores de algumas regiões do país — defende a senadora.

Recursos em baixa

O Ibram tem um edital específico — chamado Mais Museus — para destinar recursos a projetos de criação de museus em cidades com até 50 mil habitantes que ainda não possuem nenhum. Também oferece orientação e qualificação a governos e organizações interessados em criar as instituições.

O lançamento do edital neste ano, porém, ainda está incerto: depende da definição do orçamento do instituto, até agora ignorado. Nesta semana, a Presidência da República está fixando os cortes nos orçamentos dos ministérios. Só depois disso os órgãos vinculados poderão saber quanto terão em caixa para investir. O temor é que os valores sejam ainda menores do que em anos anteriores. Em 2014, o instituto conseguiu empenhar R\$ 68 milhões.

Para ampliar as políticas do setor, o financiamento é a ques-

tão fundamental, diz Brandão. O instituto fez um levantamento sobre recursos recebidos por outros museus brasileiros de expressão não vinculados ao governo federal. Três deles (a Pinacoteca, em São Paulo; o Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba; e o Museu de Arte do Rio, o MAR) tinham em média um orçamento discricionário de R\$ 10 milhões a R\$ 12 milhões anuais.

O museu do Ibram com maior orçamento anual — o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), no Rio — recebeu no ano passado R\$ 600 mil, 5% do que ganham os três, compara o gestor. E o MNBA é um dos museus mais importantes do país: exibe o principal acervo de arte brasileira do século 19, com obras de valor inestimável como os quadros *A Primeira Missa no Brasil* e *A Batalha do Avaí*, e também grandes nomes do modernismo e da arte contemporânea.

O ministro da Cultura, Juca Ferreira, reforça a tese de que o atual desafio para os museus e

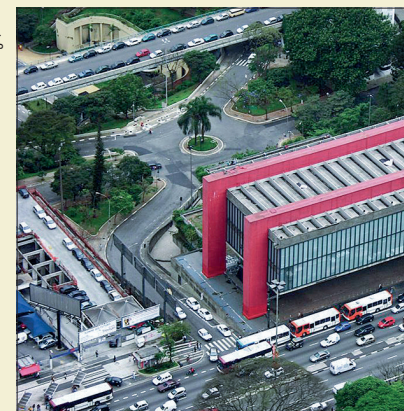
Com acervos de todo tipo, instituições espelham a diversidade cultural da sociedade brasileira



Vinícius Depizzol



Tânia Régio/ABR



Os museus brasileiros refletem a diversidade cultural do país. Há de todo tipo, revela o CNM: de arte, história, ciências, artesanato, folclore ou pesquisa, com métodos tradicionais de exposição ou bem modernos (como o Museu da Pessoa, cujo acervo é virtual, ou o do Futebol, que usa recursos multimídia). Nesse panorama, raros mesmo são os exemplos de investimento privado. Um deles

é do Instituto Inhotim, em Brumadinho (MG), criado e mantido por um empresário. Com obras exibidas em pavilhões e ao ar livre, em exuberantes jardins, Inhotim (*foto à esquerda*) foi eleito neste ano um dos melhores museus do mundo pelo site TripAdvisor. Em outro extremo está o Museu da Maré (*foto ao centro*), no Complexo da Maré, no Rio. Primeiro museu de favela do país e exemplo da

chamada museologia social, dedicada a valorizar a comunidade, não corre o risco de fechar, pois está ocupada, cedida por empresa. Até o fim dos principais da América Latina, tenta se recuperar de uma crise fi-

em cartaz em 600 cidades do país



Orçamento é inferior ao de outros museus



Público faz fila para ver a mostra *Salvador Dalí* no CCBB do Rio de Janeiro: a exposição foi a quarta mais vista no mundo em 2014, de acordo com publicação internacional

para a cultura em geral é orçamento. Ele, que foi secretário-executivo na gestão de Gilberto Gil e era ministro na época da criação do Ibram, avalia que, desde então, o setor avançou muito, mas a falta de recursos impede maiores progressos.

— Constituímos uma base técnica, avançamos na gestão, temos já uma qualidade enorme em alguns museus. Houve diversificação: foram criados museus de comunidade, museus setoriais importantes. Mas o problema maior hoje é ter um patamar mínimo de recursos para possibilitar a ampliação e a qualificação desse sistema.

Em audiência pública no Senado em abril para explicar as metas da pasta, o ministro mostrou aos senadores a perda no orçamento da Cultura — que, segundo ele, caiu de 1,7% do Orçamento da União em 2010 para 1,1% em 2014 e também perdeu no percentual discricionário, que era de 80% do total de recursos da pasta há cinco anos e foi baixando até chegar a 40% no ano passado. Para 2015,

a lei orçamentária prevê R\$ 3,3 bilhões para o ministério, mas a ameaça de cortes, que podem chegar a 30%, preocupa Ferreira. Ele tem dito que “não dá para tirar 30% de sangue de alguém que já está anêmico”.

Na reunião com os senadores, o ministro defendeu a aprovação da PEC 150/2003, que tramita na Câmara e depois virá ao Senado. A proposta, apresentada pelos então deputados e agora senadores Paulo Rocha (PT-PA) e Fátima Bezerra (PT-RN), entre outros, define um mínimo de recursos para o orçamento da Cultura: 2% das receitas no plano federal, 1,5% nos estados e 1% nos municípios. Isso é o mínimo recomendado pelas Nações Unidas, disse Ferreira na audiência.

Visitação em alta

Na luta por mais verbas, os museus vêm ganhando novo argumento: o crescente interesse dos brasileiros por exposições. Em 2014, pela primeira vez, os 10 maiores museus paulistanos tiveram mais de 3 milhões de

visitantes. O país também vem se destacando no cenário internacional. Entre as 20 exposições mais vistas no mundo no ano passado, 7 ocorreram no Brasil, segundo a publicação *The Art Newspaper*, que faz o levantamento anual das mostras com maior público no planeta. A brasileira mais bem colocada foi a mostra *Salvador Dalí* no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB) do Rio de Janeiro, que ficou em quarto lugar geral. Com entrada gratuita, teve até 9,7 mil visitantes por dia.

Desde 2010, quando o Ibram passou a fornecer dados de público ao levantamento, o país vem se destacando. Em 2012, por exemplo, 4 das 20 exposições campeãs de público eram do Brasil. Os resultados contestam a ideia de que brasileiro não se interessa por museu.

— O público, de forma geral, gosta do que é bom. Com o brasileiro não é diferente. Se você oferece uma exposição de artista conhecido, com espaço adequado, produção de qualidade e boa divulgação,

tudo isso de graça ou a preços acessíveis, é bem provável que seja um sucesso — diz Delano Valentim, gerente-executivo da diretoria do Banco do Brasil responsável pelos CCBBs.

Na avaliação dele, o que os museus e centros culturais precisam fazer para atrair visitantes é oferecer uma programação regular e de qualidade. E, para isso, precisam que mais empresas e pessoas invistam em cultura, além de buscar fontes alternativas de financiamento e custeio, diz.

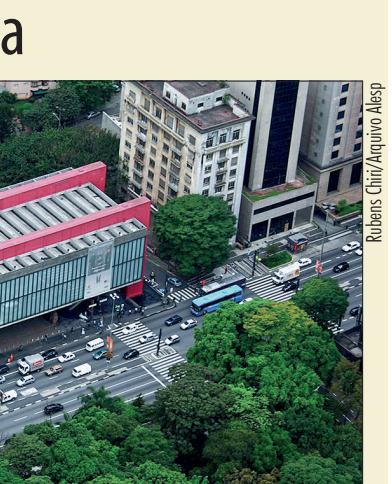
Nesse aspecto, os CCBBs levam vantagem. De acordo com Valentim, o orçamento para os quatro centros (em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte), que tem se mantido estável nos últimos três anos, é de cerca de R\$ 100 milhões ao ano, para custeio e programação — bem mais do que o recebido pelo Ibram para aplicar em ações de custeio e fomento das políticas e na manutenção dos 29 museus federais, como o Museu da República e o Museu Histórico Nacional, no Rio.

Cenário nacional

Cadastro do Ibram revela número de museus por estado e percentual de cidades com museu

UF	Nº de museus	Cidades com museu (%)
AC	24	27,2%
AL	65	21,5%
AM	48	17,7%
AP	9	18,7%
BA	168	13,9%
CE	144	36,9%
DF*	79	100%
ES	71	39,7%
GO	73	12,6%
MA	32	4,6%
MT	52	17%
MS	62	31,6%
MG	405	20,5%
PA	47	10%
PB	89	14%
PR	294	29%
PE	114	20%
PI	26	6,7%
RJ	311	66,3%
RN	68	21%
RS	448	35,6%
RO	20	17,3%
RR	5	13,3%
SC	241	35,6%
SP	628	33,3%
SE	36	14,7%
TO	15	7,2%
Brasil	3.574	23,3%

Fonte: Cadastro Nacional de Museus/Ibram
* O DF tem apenas um município: Brasília



ica-se a resgatar a memória do marcada pela violência. Porém, sendo despejado da área que paulistano Masp (acima), um enfrentou dificuldades e agora nanceira.

Exposição *Falas do Trono* é a atração no Senado

O Museu Histórico do Senado participa da 13ª Semana de Museus com a exposição *Falas do Trono*. A partir de quinta-feira, a mostra exhibe os discursos proferidos pelos imperadores e regentes do Brasil aos senadores e deputados no início de cada ano, na época do Império.

Na exposição, os visitantes terão uma rara oportunidade de ver de perto o livro *Falas do Trono*, a encadernação que reúne os discursos originais. O livro está sob a guarda do Arquivo do Senado, protegido em sala com controle de temperatura e umidade. Nas próximas semanas, porém, a publicação será exibida no museu, sempre

às terças e quartas-feiras.

O chefe do museu, Alan Silva, explica que o *Falas do Trono* foi escolhido como atração da Semana pela importância histórica da coleção, que em dezembro foi incluída pela Unesco na lista brasileira do

Programa Memória do Mundo.

O Museu do Senado está aberto para visitação todos os dias das 9h às 13h e das 14h às 18h, incluindo fins de semana e feriados. Hoje e amanhã, porém, estará fechado para visitas oficiais. A entrada é gratuita.



Livro que reúne discursos dos imperadores poderá ser visto de perto pelo público

Saiba mais

Veja vídeo sobre o Museu do Senado e a exposição *Falas do Trono*:
<http://bit.ly/videoMuseus>
Consulte a programação da 13ª Semana de Museus:
<http://bit.ly/programacaoMuseus>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Necessidade de mais defensores públicos no país foi o principal ponto de concordância na sessão especial que lembrou o dia nacional do órgão, comemorado hoje

Plenário homenageia Defensoria Pública

O BRASIL PRECISA de mais defensores públicos para fazer chegar assistência jurídica a toda a população carente, como requisito essencial à consolidação da democracia. Essa é a opinião dos senadores presentes ontem à sessão especial em homenagem ao Dia Nacional da Defensoria Pública, celebrado hoje.

Na presidência da sessão, Ana Amélia (PP-RS) lamentou que o serviço esteja disponível em apenas três de cada dez comarcas.

— Faltam defensores públicos em 72% das comarcas. Não chegam a 4 defensores públicos a cada 100 mil habitantes. O ideal seria um defensor público para cada 10 mil habitantes em condição de vulnerabilidade econômica.

O Brasil conta com pouco mais de 5 mil defensores públicos, o que equivale à metade dos cerca de 10 mil membros do Ministério Público e a 42% dos quase 12 mil juízes em atuação no país, conforme revelou Hélio José (PSD-DF).

— Os cidadãos mais humildes não têm garantido

seu direito de acesso gratuito à Justiça por um defensor público. Isso é muito ruim para os menos favorecidos. Precisamos mudar essa situação — defendeu o senador.

Segundo o defensor público-geral da União, Haman Tabosa de Moraes e Córdova, são 550 defensores, que fizeram 1,7 milhão de atendimentos em 2014.

Para Romero Jucá (PMDB-RR), ao lado de programas de distribuição de renda, o país deve assegurar a todos o acesso à Justiça.

— Sem a Defensoria Pública, passa a ser a Justiça de alguns, a Justiça daqueles que podem pagar, e muita gente neste Brasil não pode pagar um advogado — afirmou.

O senador contou que Roraima é um dos poucos estados que têm defensores em todas as comarcas, dizendo ser essa uma meta a ser atingida por todas as unidades da Federação.

Ana Amélia lembrou que os defensores são demandados pelos idosos, em ações contra a cobrança abusiva de juros em empréstimos. Ela citou a



Ao lado de representantes do Judiciário e defensores, Valdir Raupp e Ana Amélia (C) destacaram o valor da instituição

atuação dos defensores contra a chamada máfia das próteses, esquema de superfaturamento de órteses e próteses que está sendo investigado por uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) no Senado.

— Por tudo isso, tenho trabalhado pela autonomia da Defensoria Pública, pela nomeação dos novos concursados e pela aprovação da proposta que amplia o acesso

da população com a instalação de defensorias em todas as comarcas — observou.

Valdir Raupp (PMDB-RO) lembrou que, na década de 80, o órgão era restrito a poucos estados.

— Com o tempo, as resistências foram superadas, o que contribuiu para o fortalecimento e a popularização das Defensorias Públicas, que ganharam o respeito dos segmentos jurídicos e a simpatia de toda a população — disse.

Telmário Mota (PDT-RR) destacou o papel na aproximação entre a Justiça e aqueles que não podem pagar pelo trabalho de um advogado.

— Imaginem uma pessoa carente chegar à Justiça, com toda a burocracia, e encontrar, na sala da Defensoria, aquele carinho! — frisou.

Relator do projeto de lei que equipara os vencimentos da Defensoria Pública à Procuradoria-Geral da República,

Jucá disse estar trabalhando para a construção de consenso em torno da matéria.

— Estamos conversando para que tenhamos o momento acertado e possamos aprovar, tanto na Comissão de Constituição e Justiça quanto no Plenário, o projeto de lei que dá a vocês essa igualdade, que é mais do que merecida.

O presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Joaquim Neto, citou alterações constitucionais que fortaleceram o trabalho dos defensores públicos, como a Emenda Constitucional 80, promulgada em 2014, que estabelece prazo de oito anos para que sejam implantadas unidades da Defensoria Pública em todas as comarcas.

— Continuaremos defendendo as demandas legítimas dessa instituição, indispensável à democracia, à Justiça, à inclusão social e ao nosso país — resumiu Ana Amélia.

Órgão precisa ser fortalecido, afirma Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) saudou o Dia Nacional da Defensoria Pública defendendo o fortalecimento da instituição, que garante aos mais pobres acesso à Justiça “por meio de um serviço de qualidade e inteiramente gratuito”.

Ele lamentou, no entanto, que nem todos os brasileiros tenham hoje assistência nesse serviço, citando estudo

que revela que, na Defensoria Pública da União, apenas 500 dos 1.270 cargos criados na instituição já foram preenchidos.

Nos estados, municípios e Distrito Federal, até agora foram preenchidos apenas 5.054 dos 8.479 dos cargos de defensor público, lamentou Paulo Paim.

— Esses 5.054 defensores

públicos se desdobram para cobrir 28% das comarcas brasileiras, ou seja, na grande maioria das comarcas o Estado acusa e julga, mas não tem quem defenda os pobres. No Brasil, onde a desigualdade social é enorme, o fortalecimento da Defensoria Pública significa respeitar a dignidade da população mais carente — assinalou o senador.

Presidente e relator da CPI do Carf serão escolhidos hoje

A comissão parlamentar de inquérito instalada para investigar denúncia de irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) do Ministério da Fazenda terá hoje a primeira reunião de trabalho. Os senadores vão eleger o presidente e o vice do colegiado, além de designar o relator que coordenará a apuração. A reunião está marcada para as 14h30,

no plenário 2 da Ala Nilo Coelho.

A CPI foi instalada por requerimento de Ataídes Oliveira (PSDB-TO) a partir da Operação Zelotes, da Polícia Federal, que investigou denúncia de que empresas, escritórios de advocacia e de contabilidade, servidores públicos e conselheiros do Carf criaram esquema de manipulação de julgamentos, propiciando a redução de

multas de sonegadores de impostos. O Carf é um órgão junto ao qual os contribuintes podem contestar administrativamente multas aplicadas pela Receita Federal.

A investigação já comprovou prejuízos de R\$ 6 bilhões aos cofres públicos, mas auditores avaliam que a fraude pode ultrapassar R\$ 19 bilhões.

Ataídes argumenta que uma “ques-

tão dessa envergadura e relevância exige medidas reais e efetivas” e uma CPI no Senado poderia “investigar as razões da existência do esquema criminoso e, ao mesmo tempo, obter informações para orientar a adoção de medidas que evitem a repetição de tão lamentáveis fatos”.

A CPI terá 120 dias para investigação do caso e orçamento de R\$ 100 mil.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Sindicatos querem fim do fator previdenciário

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, sindicalistas também questionaram os dados apresentados pelo governo sobre um suposto déficit na seguridade social

REPRESENTANTES DE CENTRAIS sindicais participaram de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem e foram unânimes na defesa do fim do fator previdenciário. Além de reivindicarem a extinção do atual sistema de cálculo das aposentadorias, questionaram o déficit da seguridade social apontado pelo governo.

O fator foi criado em 1999 como forma de reduzir os benefícios de quem se aposenta antes da idade mínima, incentivando o contribuinte a trabalhar por mais tempo. Seu fim foi aprovado pela Câmara na semana passada e está para ser analisado pelo Senado.

A opção aprovada pelos deputados é a fórmula 85/95, em que a mulher poderá se aposentar integralmente quando a soma do tempo de contribuição e da idade for 85. Para os homens, o valor é 95. O método beneficia principalmente aqueles que começam a trabalhar mais cedo e atingem o tempo de contribuição antes da idade mínima para aposentadoria. A proposta foi incluída na MP 664/2014, que trata do ajuste fiscal, por emenda do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).

Para os sindicalistas, a fórmula 85/95 não é a ideal, mas é uma alternativa bem melhor e sobre a qual há consenso:

— Não é a forma mais justa, mas é melhor do que ficarmos



Senador Paulo Paim (C) preside debate onde os participantes foram unânimes na defesa de um novo sistema de cálculo

sob o tácio de um sistema injusto e perverso, que é o fator previdenciário — afirmou o coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, Lourenço Ferreira do Prado.

Já o vice-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Carlos Fernando da Silva Filho, afirmou que o governo optou por punir o cidadão brasileiro só porque ele está vivendo mais e que a discussão feita no meio do ajuste fiscal é cruel:

— Essa discussão feita no âmbito do ajuste fiscal é cruel. Nós, auditores, tínhamos outros caminhos: por que não combater a informalidade, a sonegação de FGTS, as mortes e acidentes de trabalho que tanto prejuízo causam? Por que não um ajuste social em vez de fiscal?

Os sindicalistas também

reclamaram dos números apresentados pelo governo de um suposto rombo nas contas da previdência social. Para o secretário-geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores, Moacyr Tesch, o problema está nos “penduricalhos”:

— A Previdência é superavitária, sim. O problema são os penduricalhos. Toda vez que o governo precisa de dinheiro, retira da Previdência.

Florianos Martins de Sá, vice-presidente da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), apresentou estudo da entidade mostrando que existe superávit no sistema:

— O orçamento da seguridade social, que inclui previdência, assistência social e saúde, tem sido superavitário ao longo dos anos. Não temos um número fechado ainda de

2014, mas é algo em torno de R\$ 50 bilhões positivos.

Paulo Paim (PT-RS) fez um duro discurso pela derrubada do fator previdenciário, classificado por ele “famigerado”. Ele se disse confiante num resultado positivo na votação do Senado. Hélio José (PSD-DF) e Telmário Mota (PDT-RR) garantiram apoio à emenda.

— Assim como na Câmara, a bancada do PDT no Senado já fechou questão e vamos abraçar a causa para acabar com algo que maltrata e deprime o trabalhador — disse Telmário.

Também foram representados na CDH a Confederação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, a Central Única dos Trabalhadores e a OAB.

Ana Amélia votará contra manutenção do sistema de cálculo

Ana Amélia (PP-RS) declarou voto, em pronunciamento no Plenário ontem, contra o fator previdenciário e a retirada de direitos dos trabalhadores terceirizados. A senadora destacou a necessidade de criar mecanismos para fiscalizar os serviços prestados pelas empresas de terceirização como forma de assegurar o cumprimento de direitos trabalhistas, como FGTS, adicional de férias, férias remuneradas e licença-maternidade.

Ana Amélia também defendeu alterações no projeto que regulamenta a terceirização, em tramitação no Senado, para adequá-lo às atividades presentes na economia moderna e globalizada, sobretudo na área de tecnologia da informação.

Ela observou que a natureza das ocupações mudou muito nos últimos anos e que diversas funções existentes hoje no mercado de trabalho vão perder o sentido com o crescimento da economia virtual, “havendo ainda uma indefinição sobre o que é atividade-meio e atividade-fim”.

CPI do Carf ajudará a evitar desvio de recursos, diz Ataídes

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) afirmou ontem que o Executivo não precisaria fazer o ajuste fiscal se houvesse uma cobrança efetiva das dívidas tributárias que estão em análise no Conselho Administrativo de Recursos Federais (Carf), órgão envolvido no desvio de cerca de R\$ 19 bilhões.

Esse conselho julga recursos de contribuintes multados pela Receita Federal e que contestam valores de impostos que lhes estão sendo cobrados e, segundo o senador, até 31 de dezembro passado, estavam em análise cerca de 110 mil processos relativos a autuações no valor total de R\$ 565 bilhões.

— Identificando essas brechas, o Senado poderá atuar na produção de regras que impeçam a repetição desse tipo de escândalo.



Cristovam Buarque defende federalizar o ensino básico

Cristovam Buarque (PDT-DF) citou coluna do jornalista Clóvis Rossi a respeito do relatório sobre o capital humano, tema de estudo do Fórum Econômico Mundial que mede o êxito dos países em desenvolver e preparar para a vida a população.

Pelo estudo, o Brasil ficou em 78º lugar entre 124 nações. Para Rossi, a razão disso é o baixo empenho do país no preparo dos menores de 15 anos, o que revela que o Brasil está deixando de ser o país do futuro.

Para Cristovam, o primeiro passo para reverter esse quadro seria federalizar o ensino básico, com o governo federal adotando as crianças:

— Por que não adotar escolas? Quando um banco quebra, o governo vai e adota. Por que a gente adota banco e não adota uma escola que já quebrou?



Gleisi anuncia projeto para punir injúria por questão de gênero

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) anunciou que vai apresentar projeto para agravar a pena de injúria por gênero.

A ideia da proposta surgiu depois de a professora Adriane Sobanski ter sido ofendida, no Facebook, pelo presidente do PSDB paranaense, deputado federal Rossoni. Segundo Gleisi, Adriane questionou mensagens postadas pelo deputado e teria sido chamada de biscate pelo parlamentar.

— Não é possível mais alguns homens ficarem chamando as mulheres de vacas, de vadias, de biscate e achar normal. Não tem consequência penal em relação a isso.

A senadora vai pedir que a Procuradoria da Mulher no Senado encaminhe à Câmara representação contra Rossoni para que ele seja responsabilizado pelo xingamento.



Viana: Código Florestal ajuda a diminuir o desmatamento

Jorge Viana (PT-AC) registrou participação no Fórum de Florestas das Nações Unidas observando que nunca esteve tão evidente a preocupação com o clima no mundo. Ele advertiu que o debate sobre mudanças climáticas está ligado diretamente às florestas.

O senador destacou que o Brasil é o país com o maior percentual de cobertura de florestas primitivas. Para ele, o Código Florestal deu condição ao país para zerar o desmatamento ilegal e a expansão do Cadastro Ambiental Rural está permitindo uma recuperação de florestas acima da expectativa.

— Temos problemas, sim, mas o novo Código Florestal passou a ser um instrumento poderoso para pôr fim ao desmatamento ilegal — afirmou Viana.



Hélio José divulga uso de energia solar no metrô de Brasília

Hélio José (PSD-DF) disse que o governo do Distrito Federal pretende usar energia solar no metrô de Brasília, o que vai gerar economia de recursos e contribuir para a preservação do meio ambiente.

O projeto-piloto terá início na estação Guariroba, em Ceilândia, que concentra boa parte dos usuários do sistema, onde, até setembro, serão instaladas placas fotovoltaicas.

O senador disse que é preciso ampliar a oferta de energia renovável e barata, mas há inexplicáveis restrições, como subsídios a soluções energéticas inferiores à energia solar ou eólica.

— Uma iniciativa como esta não só diminui as despesas com energia como transforma a própria estação em uma pequena usina de captação de energia solar.



Ouvidos ontem em audiência no Senado, eles chamaram a atenção para a necessidade de o país combater a violência contra a juventude, que atinge especialmente os negros

Debatedores alertam para homicídios de jovens

É PRECISO MOBILIZAR a sociedade e o poder público para a gravidade do assassinato de jovens no Brasil, recomendou o professor Ignacio Cano, fundador do Laboratório de Análise de Violência, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em audiência pública promovida ontem pela CPI do Assassinato de Jovens.

O professor apresentou os dados de pesquisa feita em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a ONG Observatório das Favelas e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), com foco nos jovens entre 12 e 18 anos, mostrando que a violência nessa faixa tem aumentado.

O levantamento usou dados do Ministério da Saúde, do DataSus e do IBGE. Segundo Cano, 30% dos jovens que morreram no ano 2000 foram vítimas de homicídio. O número subiu para 36,5% no ano de 2012. Na população em geral, o índice ficou estável, perto dos 5%.

— É um tema de extrema gravidade, que o Brasil tende a esquecer — disse.

Segundo o professor, as projeções apontam que, a cada mil jovens, 3,3 perderão a vida por homicídio antes de completarem a adolescência. De acordo com ele, a pesquisa registrou



Senadora Lídice da Mata coordena audiência pública com Michel Misse (UFRJ), Marcelo Nery (USP), senador Lindbergh Farias e Ignacio Cano (UERJ)

que as grandes cidades do Sudeste foram superadas pelas do Nordeste no ranking da violência. Fortaleza, Maceió e Salvador são as mais violentas.

A pesquisa do Unicef também mostra que os meninos correm um risco de serem assassinados 12 vezes maior que as meninas. E que jovens negros têm três vezes mais chances de morrerem por homicídios que os brancos.

Para enfrentar esses números, Cano sugeriu o investimento em educação de qualidade, transferência de renda, controle mais rígido sobre a circulação de armas e combate à impunidade, entre outras ações.

O professor Marcelo Nery, pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP),

registrou que o jovem é, ao mesmo tempo, a principal vítima e o principal ator da violência. Segundo ele, o risco de negros brasileiros serem atingidos pela violência é de 70 por 100 mil habitantes. Entre os brancos, o número cai para 27 por 100 mil.

Conforme Nery, o país precisa criar uma tradição de inteligência de combate ao crime. Ele ainda apontou que o jovem negro carrega estigmas e enfrenta preconceitos.

— Para o policial, os suspeitos têm um perfil. Eles estão em certo lugar, têm certa cor e certa classe social — argumentou.

Integrante do Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio

de Janeiro (UFRJ), o professor Michel Misse lamentou a falta de dados sobre a autoria dos crimes no Brasil. Ele sugeriu a desmilitarização da polícia, a valorização da carreira policial e a integração de sistemas de combate à violência.

Para a presidente da CPI, Lídice da Mata (PSB-BA), o trabalho da comissão mostra ao Brasil que a realidade da violência entre os jovens “infelizmente existe”. A senadora lamentou que, apesar de serem “tão assustadores”, os dados da violência sejam “ignorados e invisíveis para a população”. Segundo ela, a comissão poderá, ao fim dos trabalhos, propor políticas públicas e projetos de lei que visem reverter ou diminuir a violência contra a juventude. Lídice registrou a participação popular durante o debate, já que a audiência foi interativa.

Lindbergh Farias (PT-RJ), vice-presidente da CPI, lamentou que a juventude brasileira esteja morrendo pela milícia, pelo tráfico e pela polícia. Ele voltou a defender uma reforma nas forças de segurança pública.

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou que a CPI é importante como instrumento para contribuir com uma reflexão sobre o tema.

Lindbergh destaca herança de racismo e números de mortes

Lindbergh Farias (PT-RJ) lembrou ontem em Plenário o aniversário da Abolição da Escravatura (13 de maio) ao cobrar um amplo debate sobre a violência, que, segundo os números que apresentou, faz vítimas sobretudo entre a população negra. Para ele, na promulgação da Lei Áurea, em 1888, faltou um conjunto de reformas para

emancipar o povo brasileiro, restando uma herança de racismo e crimes que envergonha o país.

— Das 56 mil pessoas assassinadas todos os anos, 53% são jovens. Deses, 77% são negros, mais do que três quartos, e 93% são do sexo masculino. Por essa razão, o homicídio de jovens é uma questão de saúde pública.

Lindbergh destacou a importância da CPI do Assassinato de Jovens para estudar a “tragédia” da violência e lamentou que, apesar das conquistas sociais, a violência contra a juventude não tenha caído significativamente, mantendo-se num nível classificado pela Organização das Nações Unidas como epidemia.

Audiência discute entraves para cirurgia do coração

A situação de crise na assistência cirúrgica aos pacientes cardiovasculares será debatida hoje pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). A audiência pública terá a participação do presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular (SBCCV), Marcelo Matos Cascudo, entre outros convidados.

O debate foi pedido por Paulo Paim (PT-RS), que preside a comissão. Outros senadores também manifestam preocupação com os entraves atuais na assistência cirúrgica aos pacientes cardiovasculares, repercutindo manifestações da SBCCV também dirigidas ao Ministério da Saúde e ao Ministério Público Federal.

A SBCCV vem relatando um “grave e iminente risco de colapso” no atendimento cirúrgico, em especial às crianças cardiopatas, com diminuição progressiva e acentuada no número de cirurgias cardiovasculares nos últimos cinco anos. Também aponta

a desatualização científica dos procedimentos pela não adoção de novas tecnologias.

Em abril, Ana Amélia (PP-RS) destacou, segundo relatório da entidade, que em 2014 foram feitas 92.106 cirurgias cardiovasculares, computando procedimentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), particulares e convênios, enquanto em 2010 o volume teria chegado a 102.300.

Alvaro alerta governo para redução de operações cardiovasculares e fechamento de hospitais

Alvaro Dias (PSDB-PR) alertou o governo para os graves problemas da área de cirurgia cardiovascular no país. O senador leu, em Plenário, nota em que a Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular destaca queda no número de cirurgias nos últimos anos e o fechamento de hospitais e de serviços de alta complexidade.

A nota diz que, sem ações



devidas, as dificuldades do sistema podem se tornar insuperáveis.

— As doenças cardiovasculares são responsáveis por 32% das mortes no país.

A situação é alarmante. Não podemos ignorar um cenário de crise como o que se instalou na cirurgia cardiovascular no país e as providências são absolutamente imprescindíveis, com urgência — disse Alvaro.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 9h

▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

▶ Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: senadofederal

▶ Twitter: @agencia_senado

▶ TV: www.senado.leg.br/TV

▶ Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>

Comissão mista que analisa MP do Futebol faz últimas audiências

A comissão mista que analisa a MP do Futebol, que refinancia dívidas dos clubes (MP 671/2015), fará hoje e amanhã as duas últimas audiências antes da apresentação do relatório do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ).

A previsão é que Leite disponibilize o texto para a comissão semana que vem. Ele pode incorporar sugestões existentes em projetos da Câmara que tratam do tema, dos quais também é relator.

Hoje a comissão recebe representantes da Fazenda e da Caixa para falar das condições de financiamento definidas pela MP e das perspectivas para mais financiamento federal para os clubes a partir das loterias.

Também deve participar o jurista Miguel Reale Júnior, que vai esclarecer dúvidas dos parlamentares sobre a constitucionalidade e a juridicidade de pontos do texto.

Deve comparecer ainda um representante do Bom Senso Futebol Clube, movimento independente de jogadores para debater o futebol.

Amanhã a CBF deve participar do debate para opinar sobre a MP e apresentar perspectivas a respeito do cenário do esporte. O secretário-geral da entidade, ex-deputado Walter Feldman, já acompanhou algumas audiências.

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho Guilherme Augusto Caputo Bastos, especialista em direito esportivo, também deve participar.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 14h

▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

▶ Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: senadofederal

▶ Twitter: @agencia_senado

▶ TV: www.senado.leg.br/TV